

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO ENSINO PROFISSIONAL**

**Alice Maria Oliveira de Souza**

ORIENTADORA: Ana Claudia Rodrigues Fernandes

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



Alice Maria Oliveira de Souza

## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB.

Orientadora: Professora MsC. Ana Claudia Rodrigues Fernandes

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Alice Maria Oliveira de Souza**

### **A INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO PROFISSIONAL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Ana Claudia Rodrigues Fernandes (Orientador)

---

Rosania Aparecida Stoco de Oliveira (Examinador)

---

Alice Maria Oliveira de Souza (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Inclusão do Portador de Necessidades Educacionais Especiais no ensino profissional. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa entrevistas com profissionais que atuam na instituição, professores e técnicos administrativos, com o intuito de coletar dados sobre o processo de inclusão do portador de necessidades educacionais nesta instituição de ensino, as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam na instituição para o atendimento a esta clientela e, sua formação para esse atendimento. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (62) 9216-8638 ou no endereço eletrônico [alice.souza@cepeduc.com](mailto:alice.souza@cepeduc.com). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Alice Maria Oliveira de Souza

Orientanda do Curso de Desenvolvimento Humano Educação e Inclusão Escolar UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a meus filhos, Thiago e Tatiana que durante a realização deste curso, foram privados da minha presença em muitos momentos.

A meus pais, Anaélcio e Adolphina, que durante minha ausência assumiram o meu papel sempre de forma zelosa, além de me incentivar a continuar quando, pensava em desistir, em função das muitas dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade, ao IEP, na pessoa de seu diretor, professor José Teodoro Coelho que abriu as portas da instituição para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Aos professores do IEP, que gentilmente contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

Aos colegas de trabalho que contribuíram com suas mensagens de incentivo e força, especialmente à Maria Cristina e Dirce.

## RESUMO

Este trabalho surgiu das reflexões que foram realizadas durante meu trabalho enquanto coordenadora pedagógica em instituição de ensino profissional, com pouquíssimos atendimentos a alunos com deficiência e, tem como objetivo identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando a reflexão e socialização de idéias inclusivas com os profissionais da instituição. De acordo com a LDBEN 9394/96, a educação profissional e a especial foram concebidas como modalidades dos dois níveis de ensino do sistema educacional brasileiro, o básico e o superior. Mas as pessoas com necessidades especiais ainda encontram dificuldades para ingressar nas Escolas Profissionais. Com a evolução da Humanidade, as pessoas com necessidades especiais foram deixando de ser excluídos para fazerem parte da sociedade, mas, ainda encontram muitos empecilhos para verem seus direitos garantidos no seu dia a dia, pois a educação oferecida a eles, sempre foi diferente daquela ofertada aos demais estudantes. A tendência inclusiva está contida nos documentos oficiais, mas na prática não é o que acontece no interior das escolas. Para a realização do trabalho foi escolhida a abordagem qualitativa de pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, semi – estruturada aplicada a 20 profissionais que atuam na instituição, sendo professores e funcionários técnico administrativos, constatando se ainda existe resistência ao processo de inclusão por parte dos profissionais que fazem parte da comunidade escolar e identificando as necessidades que ainda persistem no processo de inclusão. Esta pesquisa contribuiu com os professores do IEP, na medida em que propiciou um diálogo sobre a problemática da inclusão dos deficientes tanto na formação profissional quanto na ocupação de funções junto ao mercado de trabalho, e nos revelou que embora a maioria dos profissionais possua bastante experiência em educação, na rede regular de ensino, buscaram se informar sobre a inclusão por conta própria, a instituição não tem promovido discussões acerca deste processo. Dos profissionais entrevistados 13, ou 65% deles, acreditam que para que o aluno com necessidades especiais tenha acesso e permaneça na instituição de ensino profissional, precisa que os profissionais sejam capacitados, sendo que 18 deles ou 80% não tiveram acesso a formação docente voltado para o atendimento a alunos com necessidades especiais. Com este estudo concluímos que a escola de educação profissional, IEP não se encontra preparada para realizar o atendimento a alunos com necessidades especiais, precisa ainda de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, capacitação dos profissionais envolvidos, além de uma política voltada para a formação integral da pessoa.

**Palavras chave:** Inclusão, Educação Profissional, Mercado de Trabalho.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>13</b>
CAPÍTULO I - A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	13
1.1 Evolução da Inclusão Social das Pessoas com Necessidades Especiais – .....	13
1.2 Educação Inclusiva .....	15
CAPÍTULO II - A INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAS NO ENSINO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO .....	17
2.1- A Inclusão no Ensino Profissional e Mercado de Trabalho .....	17
2.2 Alguns programas de formação profissional para pessoas com necessidades especiais	23
<b>II – OBJETIVOS .....</b>	<b>26</b>
Geral:.....	26
Específicos: .....	26
<b>III- METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia .....	27
3.2 Contexto da Pesquisa .....	28
3.3 Participantes .....	29
3.4 Materiais .....	31
3.5 Instrumentos de Construção de Dados.....	31
3.6 Procedimentos de Construção de Dados .....	32
3.7 Procedimentos de Análise de Dados.....	33
<b>IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>
A – Roteiro de Entrevista (Modelo).....	42
<b>ANEXOS .....</b>	<b>44</b>
A - Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	44
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores (Modelo) .....	45

<b>Gráfico 1 - Tempo na Educação Profissional .....</b>	<b>27</b>
---	-----------

## **APRESENTAÇÃO**

As pessoas com necessidades especiais sempre encontraram dificuldades para sua inserção na sociedade, na educação não foi diferente, começando a mudar apenas na década de 90 quando houve um avanço na legislação educacional no sentido de instituir mecanismos para dar respaldo à formação das pessoas com deficiência. Assim, na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), a educação profissional e a especial foram concebidas como modalidades dos dois níveis de ensino do sistema educacional brasileiro, o básico e o superior.

Embora nos documentos oficiais exista uma clara tendência inclusiva, as pessoas com necessidades educacionais especiais ainda encontram muitas dificuldades para ingressar nas escolas de ensino profissional. A maior parte da formação para o trabalho destinado a esses alunos ainda acontece em oficinas de escolas especializadas, cujo objetivo é a preparação para desempenhar trabalho produtivo em ambiente protegido.

Desde 1991, a Lei 8213 vem garantindo uma participação mais efetiva no mercado de trabalho, pois, garante as pessoas com necessidades especiais uma cota de vagas em empresas variando de 2% a 5% do quadro de funcionários, dependendo do total de empregados que a mesma possuir.

Entretanto, ainda existem alguns obstáculos para que essa lei seja cumprida, são as barreiras físicas e psicológicas. A primeira diz respeito à falta de rampas, corredores e portas com mais de 80 centímetros, banheiros próprios, dentre outras. As barreiras psicológicas são ainda mais difíceis de serem ultrapassadas, pois durante muito tempo as pessoas com necessidades especiais foram tratados como incapazes, sendo-lhes negado o direito ao desenvolvimento de suas potencialidades. Ainda é comum, nos ambientes de trabalho, que funcionários encarem com pouca naturalidade a participação de pessoas com necessidades especiais na empresa, além da desconfiança por não acreditarem em sua capacidade, alguns chegando a tratar esses profissionais com desrespeito e preconceito.

Foi no decorrer desta especialização que me suscitou o desejo de realizar este trabalho, sou psicóloga de formação e, trabalhei como integrante da primeira equipe de inclusão na cidade de Anápolis - GO, na rede estadual de ensino. Nossa principal atividade era sensibilizar a comunidade escolar para o recebimento dos alunos especiais que seriam incluídos na rede regular de ensino. Durante dois anos acompanhei estes alunos nas escolas. Após este período fui removida para uma instituição que trabalha com adolescentes privados de liberdade, mais uma vez atuando como colaboradora no processo de inclusão destes na rede de escolarização formal e no mercado trabalho. Encontramos muitas dificuldades devido à baixa escolarização dos mesmos e ao preconceito por parte da sociedade.

Desde março de 2008, retornando à Secretaria de Educação, trabalho como coordenadora pedagógica em uma instituição de Educação Profissional de Anápolis, que é uma instituição pública estadual que oferece cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores - FICT, além de cursos técnicos nas áreas de informática e Gestão. A missão do IEP é *“Promover a Educação Profissional, ofertando cursos e serviços que atendam as necessidades do setor produtivo e que possibilitem a empregabilidade e o desenvolvimento do empreendedorismo em Anápolis e região”*. A instituição atende uma média de cinco mil alunos por ano, em cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores nas áreas de gestão e informática. Estes alunos são oriundos das classes “C” e “D”, encaminhados pela prefeitura Municipal através de seus programas sociais.

Neste período de quase três anos na instituição foram atendidos poucos alunos com necessidades especiais, sendo cinco cadeirantes em 2009 e uma aluna deficiente auditiva em 2010, no curso de Informática Básica, enquanto nos demais cursos não houve procura por parte dos alunos. Observando esses números me questionei: Onde estão os alunos com necessidades especiais da cidade?

A partir desse questionamento percebi a necessidade de desenvolver essa pesquisa, buscando identificar as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais em uma instituição de ensino profissional. Um dos fatores que me interessou foi procurar sensibilizar os professores para o atendimento a este alunado, possibilitar a reflexão e a

socialização de idéias inclusivas, além de favorecer a elaboração de estratégias que auxiliem no processo de inclusão, constatando se ainda existe resistência por parte dos profissionais que atuam na instituição, no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa objetivou um maior entendimento sobre a evolução do processo de inclusão. No ano de 2006, foi implementado um projeto para atendimento a alunos surdos, em cursos de Informática Básica, contando com: um professor capacitado para o atendimento a essa clientela, um intérprete, além de equipamento diferenciado, porém no ano de 2007, deixou de ser oferecido devido a baixa procura por vagas.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica orientada e, uma pesquisa de campo por meio de um estudo qualitativo, caracterizado pelo contato do pesquisador com as referências bibliográficas disponíveis a respeito da inclusão na educação profissional e, a vivência dos participantes no que se refere à inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino profissional. A finalidade foi estabelecer uma visão global e crítica sobre o tema em vigência. Pretendeu-se, a partir de leituras e discussões analíticas, compreender e ampliar os conhecimentos, quanto à atuação dos profissionais do IEP, com e sem formação adequada, no atendimento a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Profissional. Na pesquisa de campo, aplicou-se uma entrevista aos profissionais que atuam no IEP, professores e profissionais da área administrativa e pedagógica, com o intuito de conhecer qual o grau de conhecimento dos profissionais que atuam na instituição acerca da inclusão, ou seja, como concebem o processo de inclusão no universo da educação profissional.

O estudo foi organizado em capítulos: no primeiro realizou-se a Fundamentação Teórica do trabalho fazendo uma retrospectiva da legislação e estudos de especialistas, pertinentes à inclusão; no segundo explicitou-se os Objetivos da pesquisa; no terceiro foi descrita a Metodologia utilizada para a realização do estudo; no quarto foi realizada a análise de dados e a discussão dos resultados, seguido das Considerações Finais.

O propósito maior deste estudo foi contribuir para um aporte intelectual que contribua para a inclusão dos deficientes tanto na formação profissional quanto na ocupação de funções junto ao mercado de trabalho. Qualquer que seja a atividade desempenhada por estes cidadãos, sempre será melhor do que o isolamento e a discriminação.

Espero que essas reflexões promovam outras pesquisas e a sensibilização dos profissionais que atuam na educação profissional para que, cada vez mais, as pessoas com necessidades especiais tenham seu lugar garantido na sociedade, contribuindo para a qualidade de vida dos mesmos.

# **I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **CAPÍTULO I - A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

### **1.1 Evolução da Inclusão Social das Pessoas com Necessidades Especiais –**

As pessoas com necessidades especiais sempre foi negada a participação efetiva na sociedade; essa parcela da população sofreu durante séculos com a discriminação e o preconceito.

Segundo Berchtold (2003) no decorrer da História da humanidade a forma como essa parcela da população era tratada por seus concidadãos mudava de acordo com o momento histórico. Na Antiguidade e entre os povos primitivos o tratamento para com os deficientes assumiu dois aspectos: alguns os matavam porque os consideravam um grande empecilho para a sobrevivência do grupo e, outros cuidavam e sustentavam para conseguirem a simpatia dos deuses, ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilavam nas guerras.

Existem exemplos opostos de povos que sempre cuidaram de seus deficientes, ou outros que evoluíram e mudaram de conduta.

Segundo a mesma autora, foi a partir de 1789, na idade Moderna, que vários eventos se forjaram com a intenção de propiciar meios de trabalho e locomoção as pessoas com deficiência, dentre eles, a cadeira de rodas, muletas, bengalas, bastões, macas, coletes, próteses, veículos adaptados, camas, móveis, entre outros.

O que podemos observar é que, com a evolução da humanidade os portadores de necessidades especiais foram deixando de ser excluídos para fazerem parte da sociedade, sem a conotação mística e religiosa.

No Brasil, segundo Fonseca (1999, apud BECHTOLD, 2003) houve tempos em que essas pessoas eram sacrificadas, pois a sociedade alegava que não tinham qualquer tipo de utilidade para viver em meio ao povo considerado “normal”.

Na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, em seus artigos 1 e 2 temos o seguinte:

Art. 1 - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2 – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu art. 5º afirma que “todos são iguais perante a lei”. Mesmo que na legislação mundial e brasileira há muito já exista a luta pela igualdade, os portadores de necessidades especiais ainda encontram muitos empecilhos para verem esses direitos garantidos no seu dia a dia, ainda falta muito para que as cidades sejam adaptadas para garantir acessibilidade a todos os espaços, à toda a população.

A partir do final da década de 80, inspirada no lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (Participação Plena e Igualdade) tão disseminada em 1981, uma pequena parte da sociedade começou a tomar algum conhecimento da necessidade de mudar o enfoque de seus esforços. Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade, e sim, em adaptar a sociedade às pessoas, ou seja, construir uma sociedade que acolha todas as pessoas sem distinção.

Ainda está muito próximo o tempo em que existiam nas cidades os institutos que abrigavam as pessoas deficientes, que eram deixados ali pelos próprios familiares, muitos por falta de condições financeiras para cuidarem de seus deficientes os deixavam à própria sorte, entregues para trabalharem em casa de famílias onde eram tratados como escravos, sem salários que lhes possibilitassem uma vida digna. Muitas famílias ainda escondiam seus filhos deficientes nos interiores de suas residências com medo da discriminação que poderiam sofrer devido a sua condição. Hoje já vemos os deficientes conviverem normalmente com as pessoas ditas “normais”, porém falta ainda a própria sociedade aprender que,

além de conviverem juntos nos mesmos espaços, essas pessoas tem direito à educação, trabalho e terem seus direitos humanos respeitados como qualquer cidadão.

## **1.2 Educação Inclusiva**

Se a inserção do portador de necessidades especiais na sociedade vem acontecendo de forma lenta, porém progressiva, na área da educação também esse processo vem acontecendo em todo o mundo e, é um caminho sem volta.

A educação oferecida aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, sempre foi diferente daquela ofertada aos demais estudantes.

Segundo Mrech (2009) A busca de uma escola que atendesse a todos foi documentada pela primeira vez, no México, em 1979. Mas a situação só começou a mudar com mais força a partir da década de 90, na Conferência Mundial da Unesco, onde foi destacada a importância da união dos esforços na luta pelo acesso às necessidades básicas de aprendizagem de todos os cidadãos, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia. Por meio desta declaração foi proposto um Plano de Ação aos representantes dos países participantes, além de estabelecimento de metas e compromissos para oferecer uma educação que atendesse a todos os cidadãos.

Esses avanços, porém tornaram-se mais significativos depois da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais que deu origem à Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que disseminou o conceito de escola inclusiva, evidenciando uma preocupação com todos os tipos de pessoas que se encontravam excluídas das escolas.

O Brasil participou dessas Conferências e, avançou na legislação educacional no sentido de instituir mecanismos para respaldar a inclusão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 - em seu capítulo V trata da educação especial, sendo que o artigo 58 determina que “a educação escolar,

oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. Em seu parágrafo 2º, “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns no ensino regular”.

Embora os documentos oficiais tragam uma evolução para a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, ela ainda reflete resquícios da exclusão, quando em seu texto deixa brecha para que a educação especial continue acontecendo, ou seja, no art. 9º da resolução Nº 2-2001, reforça o que está previsto na LDBEN, “as escolas podem criar extraordinariamente, salas especiais”, o que de certa forma perpetua a continuidade das classes especiais, dentro das escolas da rede de educação formal.

Tanto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206 que trata da educação, quanto na LDBEN 9394/96, as pessoas com necessidades especiais encontram-se amparadas, destacando seus direitos que em muitos casos não são cumpridos por uma série de motivos, como: a falta de qualificação dos profissionais da educação que dizem não estarem preparados para o atendimento aos alunos da inclusão, além do preconceito por parte de toda a comunidade escolar, que deixa de ver o aluno com necessidades especiais como mais um aluno com possibilidades e habilidades, para focar a atenção em suas limitações. As próprias famílias dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, também se sentem receosas em deixar seus filhos nas escolas da rede regular como uma forma de protegê-los da discriminação e do preconceito que ainda persiste, contribuindo assim, para que eles continuem segregados da convivência com alunos da mesma idade, permanecendo ainda nas escolas especiais.

Assim, percebemos que para que a inclusão realmente possa ser efetiva e produza os frutos da construção de uma sociedade que acolha a todas as diferenças é necessária a sensibilização de toda a sociedade para o reconhecimento dos direitos das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

## **CAPÍTULO II - A INCLUSÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAS NO ENSINO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO**

### **2.1- A Inclusão no Ensino Profissional e Mercado de Trabalho**

Se na rede regular de ensino os alunos com necessidades especiais encontram dificuldades para serem incluídos, na rede de educação profissional essa situação não é diferente.

Vemos através dos documentos oficiais, a clara tendência inclusiva, mas na prática não é o que acontece no interior das escolas profissionalizantes, que demonstram uma distância entre o que é proposto e o que é efetivado. Como diz Silva (2009, p. 2).

A educação profissional reflete os desafios enfrentados pelas políticas de educação profissional geral, tais como educação profissional desarticulada da educação básica e, com enfoque tecnicista. Mas, ao lado desses desafios, a formação profissional da pessoa com deficiência apresenta outras questões que atingem mais diretamente esse grupo social: a segregação em instituições filantrópicas exclusivas de educação especial e classes especiais.

Segundo Cabral (2003), a dificuldade encontrada pela pessoa com deficiência para qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho é histórica. O estigma associado à pessoa e à deficiência em uma sociedade em que a aparência funciona como um dos principais critérios de seleção de mão de obra constitui um obstáculo, fazendo com que as conquistas ainda continuem tímidas.

Embora, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica preconizem que as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas devem atender alunos que apresentem necessidades especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e encaminhamento para o trabalho, além de avaliar e certificar competências laborais, não conseguem minimizar os graves efeitos da reiterada exclusão desse segmento de seu interior e da sociedade. (CABRAL, 2003, p. 8).

Ainda segundo Fernandes (2008) no parecer da CNB/CEB Nº 17/2001 no item 9, está explícito:

A educação profissional é um direito do aluno com necessidades educacionais especiais e visa à sua integração produtiva e cidadã na vida em sociedade. Deve efetivar-se nos cursos oferecidos pelas redes regulares de ensino públicas ou pela rede regular privada, por meio de adequações e apoio em relação aos programas de educação profissional e preparação para o trabalho, de forma que seja viabilizado o acesso das pessoas com necessidades especiais aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, bem como a transição para o mercado de trabalho. (FERNANDES, 2008, p 7).

Segundo Goyos e Tanaka (2001) citado em Fernandes (2008, p. 8)

A maior parte da formação para o trabalho destinada aos indivíduos com deficiência se realiza nas escolas especializadas, oferecidas em oficinas que tem como objetivo principal a sua preparação para desempenhar trabalho produtivo, “prontidão” para o trabalho – em ambiente protegido. Propala realizar a preparação do aluno com deficiência para ter condições de acesso e sucesso no mercado competitivo de trabalho.

Silva (2009), afirma que, de acordo com o decreto 5154/04, a educação profissional deveria ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional de nível médio, e de educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação.

Fernandes (2008) diz existir uma dicotomia entre o discurso da inclusão social e as práticas de reprodução do padrão do trabalho manual e do trabalho simples nas atividades terapêuticas nas oficinas de profissionalização.

Segundo Cabral (2003, citado em Fernandes, 2008), as iniciativas de profissionalização de pessoas com deficiência são marcadas com um viés assistencialista, acontecendo prioritariamente nas oficinas abrigadas ou protegidas com um caráter puramente formal e, estão presentes na maioria das instituições para pessoas com deficiência. Faz-se necessário diferenciar os objetivos entre as oficinas pedagógicas e as abrigadas ou protegidas. As oficinas pedagógicas são as que estão vinculadas a um processo educacional e tem por objetivo a formação, buscando inserção no competitivo mercado de trabalho, já as oficinas protegidas ou abrigadas se constituem numa modalidade de emprego e tem como objetivo a produção.

Segundo Silva (2009) as matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais se concentram na educação profissional (básico) 96%, que é oferecida preponderantemente por meio de oficinas pedagógicas e oficinas protegidas de produção em escolas especializadas e em classes especiais. Já na educação profissional técnica, em que os cursos têm uma carga horária mínima de 800 horas, uma proposta curricular definida, ingresso vinculado à conclusão do ensino fundamental e são ministrados apenas por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação, as matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais, em 2005, foi de apenas 0,4%.

A maior parte das matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais, na educação profissional técnica no Brasil está na escola especializada (2115) e nas classes especiais (41), correspondendo a 96,5% das matrículas. Somente 3,5% deles estão na freqüentando a classe comum. (SILVA, 2009).

Ainda segundo Silva (2009), a educação inclusiva na escola técnica, além da pouca expressividade quantitativa, apresenta outros desafios. Dentre eles, encontra-se a oferta insuficiente de apoio pedagógico especializado.

Segundo Glat (1998) citado em Cabral (2003, p. 8)

Tais práticas dificultam a integração das pessoas com deficiência “a segregação do indivíduo com deficiência em escolas ou instituições especiais, pode reduzir sua participação na vida da comunidade e excluí-lo das relações tecidas nas várias instancias sociais, inclusive de lazer, uma vez que a maioria das pessoas de fato, tem pouca oportunidade de interagir com esse indivíduo e vice-versa. Consequentemente, quando ela chega ao mercado de trabalho, mesmo que tecnicamente capacitado, socialmente é um estrangeiro. (GLAT, 1998, P. 98, citado em Cabral 2003, p.8)

Sabemos das transformações que vem acontecendo nas relações de trabalho em função das crises econômicas que assombram o mundo todo e, não é só o portador de necessidades especiais que tem encontrado dificuldade para ingressar e permanecer no mercado de trabalho, as pessoas com baixa escolaridade e sem qualificação profissional também tem encontrado dificuldades na busca por uma colocação no mercado de trabalho.

Se está difícil para o trabalhador sem deficiência, o quadro fica ainda mais crítico se aliado à baixa escolaridade, falta de qualificação, existe uma deficiência associada. O mercado de trabalho hoje busca um profissional que seja polivalente, ou seja, que além da competência técnica domine as competências relacionais muito importantes para seu sucesso na atual conjuntura do Mercado de Trabalho.

Assim, para que qualquer pessoa obtenha sucesso no mercado de trabalho a sua formação precisa estar sustentada nos quatro pilares da educação, ou seja:

**Aprender a conhecer** – desenvolvimento da competência para construir conhecimento, exercitar pensamentos, atenção, percepção, para contextualizar informações e para saber se comunicar;

**Aprender a fazer** – pôr em prática os conhecimentos significativos aos trabalhos futuros, enfatizar a educação profissional, descobrindo o valor construtivo do trabalho, sua importância, transformando o progresso do conhecimento em novos empreendimentos e em novos empregos;

**Aprender a ser** – a educação precisa preparar o aluno de forma integral, física, intelectual e moral, para que ele saiba agir em diferentes condições e situações, por si mesmo;

**Aprender a conviver** – é saber conviver com os outros, respeitar as diferenças, conviver com a diversidade, aprender a viver junto para desenvolver projetos solidários e cooperativos, em busca de objetivos comuns, por meio de solidariedade e compreensão.

Esses pilares da educação estão fundamentados na pedagogia das competências, que de acordo com Duarte (2003) trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada à formação integral do indivíduo, na disposição para sua adaptação à sociedade. O que não acontece com as pessoas com necessidades educacionais especiais, já que a maior parte da formação oferecida a essas pessoas se dá no interior das escolas especiais, e reproduzem a segregação e exclusão, através da realização de trabalhos manuais que requerem operações muito simples e, estão muito distante do que é requerido pelo mercado de trabalho,

dificultando ainda mais sua colocação nas empresas. Fernandes (2008) diz existir ainda um dualismo entre o discurso e a prática da inclusão social.

No Brasil, desde 1991, existe a Lei nº 8213 que obriga as empresas com mais de 100 funcionários a preencherem de 2 a 5% de suas vagas com trabalhadores reabilitados ou portadores de deficiências, habilitadas nas seguintes proporções:

- Até 200 funcionários                    2%
- De 201 a 500 funcionários            3%
- De 501 a 1000 funcionários        4%
- Se 1001 acima                            5%

Essa lei embora exista há vinte anos, ainda não é plenamente respeitada, pois no mercado de trabalho a Pessoa com Necessidades Especiais ainda é visto como gerador de custos, além do que o empresário, para receber esse funcionário, precisa realizar uma série de adaptações físicas na empresa e, além disso, estes alegam não existir candidatos qualificados para assumirem as vagas de que dispõem.

Podemos perceber que o maior obstáculo para que a política de cotas seja cumprida ainda é o preconceito e a falta de informação, que se inicia com a dificuldade de acesso a uma educação de qualidade e educação profissional que efetivamente capacite o indivíduo com Necessidades Educacionais Especiais a se inserir no Mercado Formal de trabalho, o que acaba sendo usado pelos empresários com justificativa para não contratar e assim manter a situação vigente.

Miranda (2003) afirma que o Brasil não dispõe de informações estatísticas confiáveis sobre as atividades das pessoas com deficiência.

Com base em estimativas da Organização Mundial de saúde, 10% da população são portadoras de deficiência em qualquer país do mundo. No caso do Brasil, são 16 milhões de pessoas. (...) Dos 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência, 9 milhões estão em idade de trabalhar e, destes apenas 180.000 (2%) trabalham no mercado formal. Incluindo os portadores de deficiência que trabalham informalmente, esse total chega a cerca de um milhão de pessoas – pouco mais de 10% das pessoas em idade de trabalhar. (MIRANDA, 2003, p. 2).

Neri (2003) faz a seguinte referência aos dados do Censo de 2000:

Os dados do Censo 2000 nos informam que existem 24,5 milhões de portadores de deficiência no país, 14,5% da população brasileira, número bastante superior aos levantamentos anteriores, onde se observava uma incidência de menos de 2%. Isto não ocorre porque tenha aumentado a incidência de deficiências, mas pela mudança dos instrumentos de coleta de informações que seguem as recomendações da OMS.

(...) Nosso foco de análise é a política de cotas, implementada em 1999, principal mecanismo de inserção trabalhista das PPDs, a lei estipula pisos de contratação formal de empregados. O primeiro ponto é que a média nacional de empregabilidade de PPDs é muito baixa, 2,05%, pouco acima da menor faixa exigida por lei para empresas de entre 100 a 200 empregados e bem abaixo dos 5% exigidos para empresas com mais de 1000 empregados. O estudo mostra que se a lei fosse cumprida seriam gerados 518 mil novos postos de trabalho, praticamente dobrando o contingente de empregados formais. Este resultado revela um alto grau de descumprimento da lei pelas empresas e a existência de um amplo espaço para o aumento da efetividade da lei. (NERI, 2003, p 1).

Segundo Oliveira et al (2008) uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 2003 indica que existem hoje no Brasil, aproximadamente 27 milhões de deficientes. Esse número equivale a 14,5% de toda a população brasileira. Cerca de 10 mil pessoas por mês, adquirem algum tipo de deficiência, seja por acidentes de trânsito ou por armas de fogo. Poucos desses deficientes conseguem entrar no mercado de trabalho.

Embora leis tenham surgido para ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho para a pessoa com deficiência, na prática, o processo não é tão simples. Os dados dessa pesquisa apontam alguns entraves na inserção do deficiente no mercado de trabalho, como descrito a seguir:

Existem vagas a serem ocupadas, mas as empresas encontram muitas dificuldades na hora da contratação. Uma delas é devido à pensão mensal pagas, por direito, a todos os deficientes e que é concedida pela Lei Orgânica de Vigência. Outra dificuldade é a pequena porcentagem de deficientes com capacitação e especialização para ocupar os cargos disponíveis no mercado. Dados da delegacia Regional do Trabalho de São Paulo comprovam, que apenas 33,5% dos deficientes paulistas chegaram à 4ª série do ensino fundamental e desses, só 29,2% terminaram a 8ª série. (...) Quanto à questão do ajuste da oferta de trabalho, o acesso à educação seria o principal meio de proporcionar ganhos de produtividade ao portador de deficiência, via o acúmulo de capital humano. (OLIVEIRA et al p. 13)

Como podemos perceber, as empresas até disponibilizam vagas para as pessoas com deficiência, mas estas não estão capacitadas para assumirem essas vagas, por falta de escolaridade e qualificação profissional, o que acaba por dificultar

o preenchimento das vagas existentes. Outro ponto importante é o auxílio pecuniário pago às pessoas com deficiência, que deixam de buscar uma vaga de trabalho na formalidade para não perder o benefício.

Neri (2003) faz referência ainda à não flexibilidade da legislação trabalhista brasileira, que, conseqüentemente, contribui para a não contratação da Pessoa Portadora de Deficiência. No Brasil, o trabalho autônomo, cooperado e domiciliar vem crescendo a cada dia, portanto, atrelar o sistema de cotas apenas ao trabalho com vínculo empregatício significa reduzir as chances de inserção do portador no mercado de trabalho.

Existem complementaridades naturais entre políticas de transferência de renda (desde que focadas) e políticas de geração de renda. Vejamos este ponto no contexto das PPDs. A carência de renda vinculada a uma educação especial de qualidade, ao afetar a capacidade de aprendizado, gera conseqüências para toda vida do indivíduo. Neste caso, dar o peixe é condição necessária para se aprender a pescar. Uma propriedade interessante das políticas de transferências de renda voltadas para as PPDs e vinculadas às atividades educacionais, é que foco e persistência das ações caminham de mãos dadas. (NERI 2003 p. 13).

A esse respeito Neri (2003) afirma ainda que as políticas de inclusão das pessoas com necessidades especiais atacam as conseqüências e, não as causas da insuficiência de renda e, a educação de qualidade é apontada como elemento chave na promoção social dessa parcela da população. Devemos levar em conta que as pessoas com deficiência representam uma parcela considerável da população e não podem ser objeto de filantropia e assistencialismo.

## **2.2 Alguns programas de formação profissional para pessoas com necessidades especiais**

Seguindo a tendência da educação regular em promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais, algumas instituições de educação profissional deram início a programas especiais visando a formação desse público e, ao mesmo tempo, incentivando indústrias e empresas na contratação destes indivíduos. A seguir alguns desses exemplos:

Em entrevista à Revista do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI Brasil, Martins (2009) esclarece sobre o Programa de Ações Inclusivas – PSAI, que promove a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho e nos programas de educação profissional da entidade.

Nos últimos cinco anos, mais de 30 mil alunos deficientes foram capacitados, sendo que 80% já exercem as atividades aprendidas no SENAI para geração de trabalho e renda. Estima-se, porém, que, dos 24,5 milhões de brasileiros com deficiência, apenas 5% têm emprego com seus direitos trabalhistas assegurados. Há ainda no mundo inteiro uma relação com a pobreza: de acordo com o IBGE, 53% dos deficientes são pobres. O SENAI Nacional incentiva a inserção de alunos com deficiência em seus cursos de aprendizagem industrial, em sintonia com convenções internacionais e com a política de inclusão do governo federal, que atribui ao Estado e à sociedade a promoção da inclusão social dessas pessoas. O fim da restrição de idade máxima para pessoas com deficiência serem alunos aprendizes é uma excelente oportunidade para qualificá-las e integrá-las ao mercado.

De acordo com Martins (2009) desde 1999, o SENAI desenvolve, de forma planejada, por meio da Unidade de Educação Profissional, o Projeto Estratégico Nacional Inclusão das Pessoas com Necessidades Especiais em Cursos de Educação Profissional, que evoluiu e transformou-se no PSAI, ao incorporar novas vertentes, como mulheres, negros, índios e idosos.

Ele afirma ainda que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, as empresas começam a contratar pessoas com necessidades especiais. O número de pessoas deficientes com carteira assinada aumentou 12% em um ano. A partir dessa demanda a instituição SENAI busca, com este programa, atender alunos com deficiência e ajudar a elevar ainda mais esse percentual. Para tanto os professores foram capacitados e elaborou-se material didático apropriado para o melhor aproveitamento dos alunos nas aulas.

Este programa está presente em todos os estados brasileiros com pelo menos uma escola com estrutura física adaptada para receber esse público. De acordo com Martins (2009) alguns departamentos regionais já oferecem turmas em que os candidatos aos programas de aprendizagem não são segregados em virtude de suas características individuais, permitindo a interação entre os alunos, respeitando as diferenças.

É o que chamamos de educação inclusiva, que oferece as ferramentas adequadas para a indústria encontrar novos talentos. Sejam pessoas que, com deficiência ou não, tornam-se profissionais competentes para o pleno exercício da cidadania (MARTINS, 2009, p. 2).

## II – OBJETIVOS

### **Geral:**

Estudar o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em instituição de educação profissional de Anápolis-GO.

### **Específicos:**

- Identificar dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em instituição de educação profissional de Anápolis-GO;

- Propor alternativas para a construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos o acesso à educação profissional de qualidade.

– Constatar se ainda existe resistência ao processo de inclusão por parte dos professores que fazem parte do corpo docente da instituição.

– Sensibilizar os professores para o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

– Identificar as necessidades que ainda persistem no processo de inclusão do portador de necessidades especiais nas salas de aulas, possibilitando a reflexão e a socialização de idéias, a fim de elaborar estratégias e subsídios que auxiliem os professores neste processo.

## III- METODOLOGIA

### 3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

A metodologia utilizada foi a de pesquisa qualitativa, buscando uma compreensão da Inclusão do Portador de Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Profissional, além de buscar compreender, como os profissionais que atuam no Centro de Educação Profissional de Anápolis, vêm lidando com a possibilidade de atender a esse alunado.

Optou-se pela pesquisa do tipo qualitativo, em função do problema que se pretende investigar e das questões e objetivos que orientarão a investigação. Os pressupostos que orientaram a opção pela pesquisa qualitativa fundamentaram-se, primeiramente, no fato de que o estudo consiste em uma investigação, na qual a autora observará e registrará os dados coletados através da pesquisa de campo, junto à população alvo, com base nas características essenciais da pesquisa qualitativa, presentes nas obras de autores que tratam deste tipo de estudo, como Bogdan e Biklen (1994), Triviños (1995), Rezende, *et al.* (1994), Entre Outros.

Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que a investigação qualitativa (IQ) pode ser caracterizada com base em cinco (5) grandes características: a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; a investigação é descritiva; os investigadores interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos; os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva (do particular para o geral), ou seja, da raiz prática para o topo teórico; o significado é de importância vital na investigação qualitativa. É o outro que adquire destaque, com os significados que atribui ou percepções/representações que elabora.

Segundo Rezende *et al* (1994), os métodos qualitativos vêm sendo cada vez mais utilizados por pesquisadores. Este fato se dá porque os métodos quantitativos não esgotam nossa compreensão a respeito dos eventuais problemas sobre os quais nos debruçamos em nossa prática cotidiana. A pesquisa qualitativa deve ser utilizada como método de pesquisa quando o problema formulado tiver intenção de saber: qual a percepção dos participantes sobre o problema pesquisado. No caso

desta pesquisa almejou-se investigar qual a percepção dos professores sobre a inclusão no ensino profissional; que saberes, conhecimentos os professores têm para contribuir com a formação desses alunos e; quais as práticas e apoio recebem da instituição?

Acredita-se que essa pesquisa pode constituir-se em uma metodologia desafiadora para compreensão dos fenômenos que interagem na formação dos professores pois pretende-se descobrir a existência de associações entre variáveis, tais como as peculiaridades da formação do Educador que atua na Educação Profissional e sua prática ante o aluno com necessidades especiais.

### **3.2 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma instituição de Educação Profissional de Anápolis – IEP - instituição pública do Governo Estadual de Goiás. Sua fundação se deu no ano de 2002, no município de Anápolis e, sua localização é estratégica por estar próximo às empresas, no Distrito Agro Industrial de Anápolis - DAIA. De sua fundação até a reforma administrativa em maio de 2008, estava vinculado à Secretaria Estadual de Educação - SEE, passando então, a ser vinculada a Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECTEC, tendo como seu Órgão Gestor a Superintendência de Educação Superior e Profissional.

O IEP possui uma “área total de 40.315.20 m<sup>2</sup> e área construída de 2.876.90 m<sup>2</sup>, em suas instalações constam: auditório para 125 pessoas, ampla biblioteca, 11 salas de aula, 12 laboratórios sendo: 06 laboratórios de informática, 01 laboratório de redes, 01 laboratório de línguas, 01 laboratório para EAD, 03 laboratórios de química, além de completa infraestrutura administrativa.

A construção é dotada de rampas, banheiros adaptados para permitir o acesso aos alunos com Necessidades Especiais.

De acordo com seu Regimento Interno, o IEP, oferta cursos e serviços em consonância com o Decreto 5154/05 nas seguintes modalidades: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores - FICT e Cursos Técnicos de Nível Médio, estando previsto para início no segundo semestre de 2011, 07 cursos técnicos na

modalidade EAD, de acordo com convenio firmado com o programa etec Brasil, através do programa Brasil Profissionalizado.

No ano de 2011 estão em desenvolvimento dois cursos Técnicos: Técnico em Informática para internet e Técnico em Logística sendo disponibilizadas 180 vagas para os dois cursos. Está previsto para início em março 2011 duas turmas de curso técnico em secretariado com 70 alunos, nos turnos, matutino e noturno e, 80 vagas para o curso técnico em informática para internet, também nos turnos matutino e noturno. Oferta 68 cursos de FICT, sendo 20 relacionados a área de Informação e Comunicação, 03 em Automação e Controle dos Processos Industriais e 45 em Gestão e Negócios para o atendimento de 5000 vagas decorrentes do Convênio firmado entre o IEP e Prefeitura Municipal de Anápolis por intermédio da Secretaria de Gestão Social.

### **3.3 Participantes**

Os participantes são funcionários efetivos da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás, prestando serviços à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, sendo lotados no IEP de Anápolis e, funcionários de contrato temporário da Secretaria de Ciência e Tecnologia, lotados no IEP.

Participaram da pesquisa 20 funcionários assim distribuídos: 04 coordenadoras pedagógicas, 03 assessoras das supervisões, 01 diretor, 01 secretário geral, 07 professores, 02 bibliotecárias, 01 auxiliar de secretaria e 01 supervisora pedagógica.

- Coordenadora pedagógica - C1 – graduada em Letras, com mais de 03 anos de experiência no ensino profissional;
- Professor – P1 – Graduado em ciência da computação, com menos de 01 ano de experiência em educação;
- Professor – P2 – Graduado em administração de empresas, com menos de 01 ano de experiência no ensino profissional;
- Professor – P3 - Graduado em ciências contábeis, com menos de 01 ano de experiência no ensino profissional;

- Auxiliar de Secretaria – AS1 – Ensino Médio, entre 01 a 03 anos de experiência em educação profissional e, com experiência anterior em educação regular;
- Assessora – A1- SE pedagoga, entre 01 a 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior em educação regular;
- Bibliotecária – B1 – licenciatura em Geografia, com menos de 01 ano de experiência em educação profissional e, com experiência em educação regular;
- Professor – P4 – administrador de empresas com especialização em produção, com menos de 01 ano de experiência em educação profissional e, com experiência anterior na educação regular;
- Professor – P5 – Graduado em ciência da computação, com menos de 011 anos de experiência na educação profissional e, sem experiência anterior na educação regular;
- Bibliotecária – B2 – Pedagoga, com mais de 03 anos de experiência no ensino profissional e, com experiência anterior no ensino regular;
- Professora – P6 - Graduada em Letras, entre 01 e 03 anos de experiência no ensino profissional e, com experiência anterior no ensino regular;
- Coordenadora – C2 – Pedagoga, com mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na educação regular;
- Assessora – A2 – Licenciada em matemática, com mais de 03 anos de experiência no ensino profissional e, com experiência anterior na rede regular de ensino;
- Professor - P7 – administrador de Empresas, menos de 01 ano de experiência na educação profissional e, sem experiência anterior na educação regular;
- Supervisora – S1 – supervisora pedagógica, mestre em química, mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na rede regular de ensino;
- Assessora – A3 – Graduada em biologia, entre 01 e 03 anos de experiência na educação profissional e, experiência anterior na rede regular de ensino;
- Secretário Geral – SG 1 – Graduado em Letras modernas mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na rede regular de ensino;

- Diretor – D1 – Possui mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na rede regular de ensino.
- Coordenadora – C3 – Graduada em biologia, com mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na rede regular de ensino;
- Coordenadora – C4 – Graduada em letras, com mais de 03 anos de experiência na educação profissional e, com experiência anterior na rede regular.

### **3.4 Materiais**

Foram utilizados os seguintes materiais:

- Roteiro de Entrevista;
- Canetas;
- Sala de aula arejada e com boa iluminação;
- Computador;
- Impressora;
- Papel A4;
- Lápis;

### **3.5 Instrumentos de Construção de Dados**

A técnica utilizada foi de entrevista semi-estruturada, contando de 09 questões objetivas e, 04 subjetivas onde era solicitado ao participante mostrar sua opinião sobre a inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Profissional e Mercado de Trabalho formal. Esta entrevista possibilitou o estreitamento da relação entre o entrevistador e entrevistado, contribuindo para a análise dos dados.

Segundo TRIVINOS, (1990, p.146) o modelo de entrevista semi-estruturado ou semi-aberta, tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Ela "parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo

à medida que se recebem as respostas do informante". A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semi-aberta geralmente tem entre quatro e sete questões, que são tratadas individualmente como perguntas abertas. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem as específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias.

### **3.6 Procedimentos de Construção de Dados**

A escolha da instituição para a realização da pesquisa, se deu em função do número de atendimentos realizados em cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores - FICT e, ao número reduzido de atendimentos a alunos com Necessidades Especiais, sendo que os participantes foram escolhidos aleatoriamente.

Os participantes foram convidados a responder algumas questões, que faziam parte de um trabalho acadêmico e versava sobre a inclusão da Pessoa com Necessidades Especiais no Ensino Profissional. Com a afirmativa desses, eram encaminhados a uma sala previamente preparada para tal fim, era-lhes solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida parimos para a entrevista. Todos os participantes se mostraram colaborativos, responderam aos questionamentos com tranquilidade.

Essa entrevista foi conduzida, em grande parte, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, sendo assim, como pesquisadora, pude analisar as respostas ajustando-as ao roteiro que propus. Através das entrevistas pude perceber como esse assunto ainda se mostra de difícil aceitação.

### **3.7 Procedimentos de Análise de Dados**

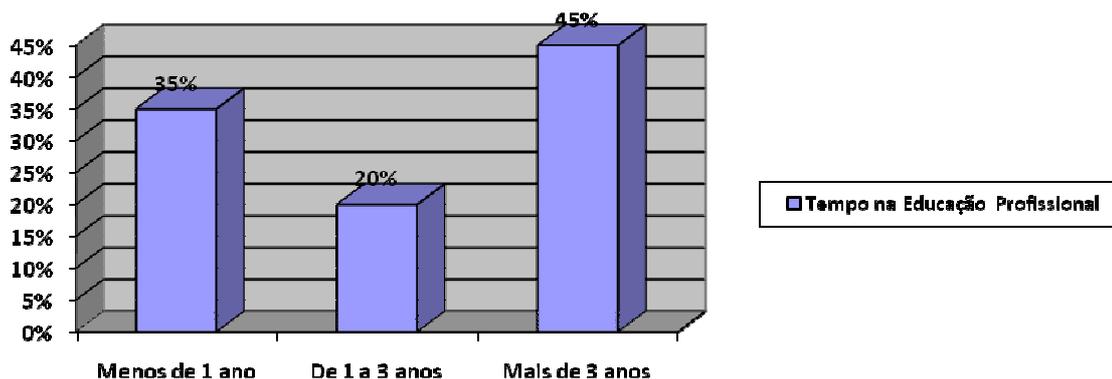
Após a aplicação das entrevistas, os dados foram organizados em gráficos ou tabelas para melhor visualização e análise. As respostas subjetivas foram transcritas na íntegra visando à integridade das mesmas.

As entrevistas foram fundamentais para a realização de uma análise contextualizada e, ao mesmo tempo em consonância com a atuação profissional da pesquisadora.

## IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo encontram-se descritos os resultados e discussões a partir dos dados coletados nas entrevistas, e dos estudos realizados em obras de outros pesquisadores referentes à inclusão do deficiente na educação profissional.

SUGESTÃO: Gráfico 1 – Tempo na Educação Profissional



A maior parte dos entrevistados, ou seja, 09 (nove) deles ou 45% possui mais de 03 anos de experiência na Educação Profissional, 04 (quatro) ou 20% possui entre 01 e 03 anos e, 07 (sete), 35% possuem menos de 01 ano. Portanto, podemos inferir que a maioria dos pesquisados possui uma boa experiência em sua área de atuação.

Os pesquisados foram questionados se tinham experiência anterior na educação. Dos 20 (vinte) entrevistados 16 (dezesesseis), ou seja, 80% já possuíam experiência anterior na educação regular e, apenas 04 (quatro) ou 20% dos entrevistados não possui experiência anterior na educação. No que reforça e complementa a questão anterior de serem profissionais experientes.

Em relação ao conhecimento dos pesquisados sobre educação inclusiva pode-se constatar que a maioria dos entrevistados 15 (quinze), 75% já teve acesso a leituras, ou se informaram sobre a educação inclusiva, enquanto apenas 05 (cinco), ou 25% dos entrevistados não se informaram sobre o assunto.

Com relação ao conhecimento de instituição de educação profissional que trabalhe com inclusão, 11, ou 55% dos entrevistados não conhecem nenhuma instituição que atenda a este público, os outros 09 ou 45%, já ouviram falar de

instituição de ensino profissional que trabalhe com Inclusão da pessoa com Necessidades Especiais no Ensino Profissional.

Dos 20 entrevistados, 18 ou 90% não tiveram acesso a cursos de formação docente para atendimento a alunos Portadores de Necessidades Especiais voltados para Educação Profissional e, apenas 02, ou 10% dos entrevistados, já tiveram acesso a esse tipo de formação. Da mesma forma 18, ou 90% disseram não ter participado, na instituição, de discussões sobre a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, no ensino profissional e mercado de trabalho, enquanto 02, 10% disseram já terem participado destas discussões na instituição em que trabalham.

Sobre a questão da oferta de apoio pedagógico especializado pela instituição para atendimento aos casos de atendimento a pessoas com necessidades especiais 75% dos entrevistados (15) responderam que sim, enquanto 05, ou seja, 25% responderam que não.

Ao serem questionados sobre a legislação que versa sobre a inclusão da pessoa com necessidades especiais, na educação Profissional e no Mercado de Trabalho, 85% disseram conhecê-la, e 15% afirmaram não conhecer tal legislação.

Na questão sobre as escolas de Educação Profissional estar ou não equipadas para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, 18 ou 90% dos entrevistados afirmaram que não, enquanto 10% (02) acreditam que elas estão equipadas.

As questões subjetivas tiveram por intuito colher as informações respeitando o posicionamento de cada entrevistado, conforme segue:

### **1ª Questão: Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva?**

A maior parte dos entrevistados, demonstraram conhecimento acerca da inclusão, respondendo ser “o direito do ser humano de aprender junto com todos sem discriminação”, outros responderam ser de suma importância para a

participação social das pessoas com necessidades especiais. Somente 01 dos entrevistados respondeu ser totalmente contra a inclusão "sou totalmente contra, pois o professor não está preparado para tal, nem o aluno acompanha os demais colegas principalmente se ele for portador de necessidade na área mental. Há diferenças que é para se diferente mesmo" (SG1). Outra entrevistada acredita que da forma como vem acontecendo nas escolas regulares não está sendo efetiva (S1). Outra ainda acredita ser um grande desafio (C4).

Segundo Gil (2006) o conceito de inclusão social:

O conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Estamos começando a usar esta palavra. Como qualquer situação nova, a inclusão incomoda, desperta curiosidade, indiferença ou negação, encontra adeptos e também críticos; envolve praticamente todas as esferas do social, apontando para a necessidade de repensar, de alterar hábitos, posturas, atitudes, começando pelo plano individual, tirando-nos de nossa costumeira zona de conforto: temos que abrir espaço em nosso mundinho interno para que mais pessoas caibam nele. Além de recente, este conceito é abrangente: envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho, à tecnologia... e assim por diante. Ora, para que as pessoas com deficiência sejam incluídas nas escolas, shopping centers, igrejas, cinemas, empresas, Telecentros, etc. é preciso que eles sejam acessíveis. Se não, elas nem conseguem entrar ...e como vão estar incluídas, se ficarem do lado de fora? Olhando para o passado e o futuro Olhando para trás, vemos quantas conquistas temos para comemorar, inclusive no que se refere à acessibilidade. Ao mesmo tempo, constatamos quanto ainda temos a conquistar, nesse processo rumo à construção de uma sociedade inclusiva. (GIL, 2006, p 5).

## **2ª questão - Como a Rede de Educação Profissional pode possibilitar o acesso e a permanência do aluno PNEE?**

A maior parte dos entrevistados respondeu que para o acesso e permanência dos alunos é necessária a capacitação dos profissionais que trabalham nas escolas de ensino profissional, através da promoção de discussões sobre o assunto, além de equipar a escola para oferecer condições de conforto para todos os alunos. Apenas 01 entrevistado acredita que "é um processo caro, dispendioso e inviável em proporção ao custo X benefício e interesse das empresas, com salários inadequados para atrair profissionais especializados" (SG1).

### **3ª questão - O currículo de um curso de Educação Profissional para atendimento aos PNEEs deve ser diferente ou flexibilizado?**

Quando perguntados acerca do currículo, 13 dos entrevistados, ou 65% respondeu que deve ser flexibilizado de forma a atender a todas as diferenças, 04 pessoas, ou 20% responderam que deve ser diferente e, outros 02, ou 10% responderam que deve ser diferente do que é oferecido aos demais alunos e também flexibilizado, apenas 01 participante respondeu que “não deve ser flexibilizado, pois o aluno com necessidades especiais tem as mesmas habilidades racionais” (C 3).

### **4ª questão - Qual a sua visão do processo de inclusão do PNEE, na educação profissional e Mercado de Trabalho?**

A maioria dos entrevistados acredita ser importante para a pessoa com necessidades especiais serem incluídas tanto no ensino profissional como no mercado de trabalho, para que se sintam úteis e integrados á sociedade. 01 participante acredita “ que falta interesse dos profissionais da educação para ofertar essa modalidade de educação, também no mercado de trabalho em promover essa inclusão” (A 1). Outro acredita que “é uma realidade ainda distante, pois as pessoas com deficiência adentram, as empresas na maioria das vezes sem um curso profissionalizante” (P 4). Outra ainda acredita “não existirem práticas norteadoras e, quando as escolas de ensino profissional fazem *arranjos* quando recebem esses alunos (C 1). 02 pessoas não possuem opinião a respeito (P 1 e P 7) e, outra pessoa que acredita que a inclusão “tem vários problemas, receio dos próprios quanto a adaptação e aceitação do filho em uma instituição profissional e, uma instituição exemplo para atendimento a esses alunos é a APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional - que conseguem trabalho para esses alunos” (A 3).

Como podemos perceber, em toda a pesquisa ficou evidenciado que a instituição não está promovendo discussões acerca da inclusão para os profissionais que ali atuam, 90% dos entrevistados disseram não ter participado, na instituição, de discussões sobre a inclusão do aluno com necessidades especiais em seu quadro discente, enquanto 10% diz ter participado de tais discussões. A maior parte dos profissionais possui bastante experiência na rede de educação regular, porém conhecem pouco sobre o processo de inclusão, os que possuem algum conhecimento buscaram, através da própria iniciativa. A maior parte dos profissionais pesquisados acredita que para que as pessoas com deficiência tenham acesso e permaneçam nas escolas de ensino profissional, esta precisa promover a capacitação dos profissionais. Com relação ao currículo, 13 dos entrevistados, ou 65% acreditam que o currículo deve ser flexibilizado. Com relação a inclusão no ensino profissional e mercado de trabalho vemos grande divergência nas respostas, temos 01 entrevistado que acredita ser a escola especial ainda a mais adequada para promover a profissionalização do aluno com necessidade especial e, outra que acredita que as escolas profissionais não fazem a verdadeira inclusão, fazendo “arranjos” quando recebem alunos com necessidades especiais.

Esta é uma situação que não pode mais acontecer, se quisermos realmente fazer a inclusão verdadeira, precisamos nos preparar para receber os alunos com necessidades especiais e, realmente capacitá-los para serem inseridos no mercado de trabalho em igual condição com os demais alunos.

## **V- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os estudos realizados percebe-se que a Educação profissional vive num contexto social em permanente mudança, motivos pelos quais tem que estar se reciclando e construindo novos valores, relacionados ao mundo do trabalho, e cuidando da formação pessoal de cada cidadão que busca se qualificar por meio da instituição profissionalizante. Os alunos com necessidades educacionais especiais fazem também parte desse contexto e são mais um elemento a se ter em conta pela Escola em sua construção. Esta visão inclusiva deve se tornar realidade para que a formação profissional seja destinada a todos.

O objetivo principal deste estudo foi estudar o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em instituição de educação profissional de Anápolis-GO. Tendo como finalidade estabelecer uma visão global e crítica sobre o tema em vigência. O que se percebeu no decorrer deste estudo, foi que os profissionais do IEP tiveram a oportunidade de refletir melhor sobre o processo de inclusão na formação profissional e foi possível abrir possibilidades de promover a capacitação dos profissionais para melhor exercício da inclusão, assim como despertou a necessidade de maiores adequações no ambiente.

Outro fator importante nesse processo foi compreender melhor o mundo das empresas, analisando-se a integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica das suas qualificações, e não sob a ótica das suas restrições para o trabalho. Pode-se afirmar que este estudo contribuiu com os professores do IEP, na medida em que propiciou um diálogo sobre a problemática da inclusão dos deficientes tanto na formação profissional quanto na ocupação de funções junto ao mercado de trabalho.

Sendo assim acredita-se que esse estudo propiciará avanços significativos na oferta de cursos profissionalizantes a pessoas com deficiência, assim como desencadeará outras pesquisas voltadas para esse tema.

## REFERÊNCIAS

- BECHTOLD, Patrícia Bartel & WEISS, Silvio Luiz Indusiak. A Inclusão das Pessoas com Necessidades Especiais no Mercado de Trabalho. Instituto Catarinense de Pós Graduação
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação. Lisboa: Porto Editora, 1994.
- CABRAL, Nelson. A educação Profissional: a pessoa com deficiência e o mundo do trabalho. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Educacao/eixo6/17nelsoncabral.pdf>. Acesso em 05/02/2011.
- CAMPOS Sofia Margarida Guedes de, MARTINS Rosa Maria Lopes. Educação especial: aspectos históricos e evolução conceptual. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium34/17.pdf>. Acesso em 10/01/2011.
- FERNANDES Odair Antonio e NOMA Amélia Kimiko. Educação, trabalho e inclusão social: interfaces entre educação profissional e educação especial no Brasil a partir de 1990. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/ameliakimikonomaeadairfernandes.pdf>. Acesso em 10/02/2011.
- FINIMUNDI, Amaro, ROCHA, Edileuza Bezerra de Souza, MOTA, Marcia Alves, SILVA JÚNIOR Waldesir Ferreira da, A inclusão das pessoas portadoras de deficiência nas empresas. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: [http://www.univag.com.br/adm\\_univag/Modulos/Connectionline/Downloads/A\\_INCLUSAO\\_DE\\_PESSOAS\\_PORTADORAS\\_DE\\_DEFICIENCIA\\_NAS\\_EMPRESAS.pdf](http://www.univag.com.br/adm_univag/Modulos/Connectionline/Downloads/A_INCLUSAO_DE_PESSOAS_PORTADORAS_DE_DEFICIENCIA_NAS_EMPRESAS.pdf). Acesso em 15/01/2011.
- GIL, Marta. Acessibilidade, Inclusão Social. Disponível na Internet via [www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=983](http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=983), Outubro 2006. A Bengala Legal Acessibilidade **Inclusão** Social Desenho. Acesso em 18 de abril de 2011.
- MARTINS, José Manuel de Aguiar. Respeito às diferenças. Revista SENAI Brasil, fevereiro, 2009. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.dn.senai.br/sb/sb117/Editorial.pdf>.
- MIRANDA, Carlos Roberto. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: [www.saudeetrabalho.com.br/download/oportunidades-miranda.doc](http://www.saudeetrabalho.com.br/download/oportunidades-miranda.doc). Acesso em 15/01/2011.
- NERI, Marcelo Cortez. Política de Cotas No Mercado de Trabalho Para Pessoas com Deficiência. VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do

Trabalho – ABET – 13 a 16 de Outubro de 2003. Acesso pela internet, dia 15/01/2011.

OLIVEIRA, Aline Cristine de, et al. A Inclusão da pessoa Deficiente no mercado de Trabalho. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: [http://www.unihorizontes.br/proj\\_inter20081/adm/inclusao\\_da\\_pessoa\\_deficiente.pdf](http://www.unihorizontes.br/proj_inter20081/adm/inclusao_da_pessoa_deficiente.pdf). Acesso em 08/12/2010.

PINTO, Oriza Martins. Evolução dos Paradigmas em educação Especial [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.orizamartins.com/cg-educacao-quadro-paradigmas.html>. Acesso em 05/02/2011.

REZENDE, Magda A. et al. Reflexões sobre métodos qualitativos de pesquisa em enfermagem. Texto mimeografado, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bengalalegal.com/comentada.php>. Acesso em 10/02/2011.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. Orientações para as escolas do SENAI no atendimento à diversidade / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. – Brasília, 2010.

SILVA, Isabelle Cristine Mendes da. Educação profissional e educação inclusiva uma questão política e discursiva. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/EDUCACAO-PROFISSIONAL-&-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em 05/02/2011.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT15-4258--Int.pdf>. Acesso em 05/01/2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlantas, 1990.

## APÊNDICES

### A – Roteiro de Entrevista (Modelo)

SERVIDORES CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ANÁPOLIS

Formação: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

1- Há quanto tempo atua na Educação Profissional:

( ) Menos de 01 ano

( ) de 01 a 03 anos

( ) mais de 03 anos

2- Já tinha experiência anterior na Educação?

( ) Sim ( ) Não

3- Você já leu ou se informou sobre a Educação Inclusiva?

( ) Sim ( ) Não

4- Você conhece alguma instituição de Educação Profissional que trabalhe com inclusão?

( ) Sim ( ) Não

5- Você conhece ou já teve acesso a algum curso de formação docente para atendimento aos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE), voltado para Educação Profissional?

( ) Sim ( ) Não

6- A Instituição onde trabalha já promoveu discussões sobre a legislação da Educação Profissional para a inclusão dos alunos PNEES?

( ) Sim ( ) Não

7- A Instituição oferece apoio pedagógico especializado para o atendimento aos casos de PNEES?

( ) Sim ( ) Não

8- Você conhece a legislação sobre inclusão dos PNEES, na Educação Profissional e no Mercado de Trabalho?

( ) Sim ( ) Não

9 - Você acredita que as escolas de Educação Profissional estão equipadas para atender as diferentes necessidades especiais?

( ) Sim ( ) Não

10- Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva?

---

---

---

11 - Como a rede de Educação Profissional pode possibilitar o acesso e a permanência do aluno PNEE?

---

---

---

12 - O currículo de um curso de Educação Profissional para atendimento aos PNEES deve ser diferente ou flexibilizado?

---

---

---

13 - Qual a sua visão do processo de inclusão do PNEE, na educação Profissional e Mercado de Trabalho?

---

---

---

## ANEXOS

### A - Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Centro de Educação Profissional de Anápolis

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Alice Maria Oliveira de Souza, sob orientação da professora, Ana Claudia Rodrigues Fernandes cujo tema é: A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais no Ensino Profissional.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar